



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Laís de Oliveira Neves; Maria Ruthe Gomes da Silva; Geilza Carla de Lima Silva;
Maria do Rosário Gomes Germano Maciel

(*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; lais_oliveiraneves@hotmail.com;
mrggmaciел@gmail.com)*

Resumo do artigo: Com a criação dos diversos cursos profissionalizantes e a formação dos magistérios, a educação brasileira ascende no cenário nacional e internacional. O curso de Licenciatura Plena em História, ganha seus destaques quando passa a ser vigente na Faculdade de Filosofia da Paraíba (1952). Nesta perspectiva, pretende-se, através do presente artigo, promover uma reflexão sobre a trajetória educacional brasileira até a implantação das Instituições de Ensino Superior e a criação do curso de História. Dessa forma, com base em diferentes teóricos foi possível compreender a trajetória institucional do curso de História, bem como o contexto histórico no qual este está inserido.

Palavras-chave: curso de história; trajetória educacional; ensino superior.

1 Introdução

Atualmente as Instituições de Ensino Superior são espaços fundamentais de produção de saber científico. Para determinada área do conhecimento se tornar disciplina é imprescindível que esteja inscrita nessas instituições. Nesse sentido, a disciplina de História somente adquiriu seu status de conhecimento científico com sua institucionalização a partir da segunda metade do século XIX e no início do século XX na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos. Nesse ínterim, segundo Noiriell (1990), o ensino superior tornou-se elemento central tanto para a promoção social dos indivíduos, como para o progresso econômico e científico (SILVA&FERREIRA, 2011).

Nessa perspectiva, o momento atual tem chamado a atenção para os rumos que está tomando o Ensino Superior no Brasil, abrindo, desse modo, debates sobre questões relacionadas ao Ensino, a História da Educação, às Instituições de Ensino, dentre outros temas relacionados (BEZERRA, 2007). Em consonância, Ribeiro (2001), ao analisar os estudos sobre a história da educação no Brasil, frisou a quase inexistência de trabalhos que possibilitem aos estudiosos o conhecimento a respeito da evolução histórica, social



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e cultural do país e utilizá-la como suporte das informações sobre o desenvolvimento da educação. Nesse viés, Silva e Ferreira (2011), salientam que, no que diz respeito à história do ensino superior brasileiro, os cursos de graduação em História ainda são pouco explorados nas pesquisas.

Assim, compreender a trajetória institucional do curso de História, bem como o contexto histórico no qual este está inserido, é de fundamental importância para que professores e pesquisadores se debrucem sobre questões referentes ao ofício do historiador e à cultura histórica em geral, ampliando horizontes para pesquisas que contribuam para a área.

Nessa conjuntura, temos como objetivo refletir sobre a trajetória da História da Educação evidenciando a implementação do curso de História nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Desse modo, fundamentamos a construção deste trabalho em referenciais teóricos que remetem a uma retrospectiva da educação brasileira desde o período colonial até a república democrática atual em seus contextos nacionais.

Dessa forma, a pergunta que buscamos responder foi a seguinte: Como se deu a trajetória educacional brasileira e a implantação do curso de História nas instituições educacionais de nível superior?

2 Metodologia

A abordagem metodológica utilizada neste artigo seguiu os preceitos do estudo exploratório, através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais disponíveis na literatura: artigos científicos, dissertações e livros (GIL, 2008). De acordo com Fonseca (2002) na pesquisa bibliográfica, procuram-se referenciais teóricos no intuito de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre determinado tema ou assunto.

Nesse sentido, refletimos sobre a implementação do curso de História dentro do contexto educacional brasileiro em duas etapas: (1) A História da Educação



Brasileira evidenciando a implantação das Instituições de Ensino Superior; (2) O surgimento do curso de História no âmbito educacional nacional.

As principais bases utilizadas para pesquisa foram: SCIELO; Portal da Capes e o Google Acadêmico. Os critérios para a busca foram palavras-chave relacionadas ao tema, como: História da Educação Brasileira; Implantação das Instituições de Ensino Superior; Surgimento do curso de História. Todas as buscas foram realizadas no período entre Junho e Julho de 2015.

Dentre os principais autores utilizados, destacam-se os seguintes teóricos: Mascarello (2006); França (1952); Gadotti (1997); Saviani (2008); Trindade e Trindade (2007); Pinto (2002); Fávero (2006) que nos forneceram suporte discursivo.

3 Resultados e Discussão

3.1. Breve Histórico da Educação Brasileira e a criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil

Certos Estados Europeus utilizaram a colonização como meio de intensificar a acumulação de capital, acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados, como também superar as relações feudais e expandirem economicamente, (MASCARELLO, 2006). Dessa forma, ainda conforme Mascarello (2006), os países colonizadores monopolizavam o comércio e a administração da colônia, constituindo a organização de uma economia complementar a da metrópole. Assim sendo, a colônia nada mais era do que um instrumento de poder.

Nesse contexto, a metrópole portuguesa, no Brasil, se estruturou basicamente por meio do aparelho repressivo e do aparelho ideológico. O aparelho repressivo de base militar garantia o aparato à estrutura administrativa do Estado. O aparelho ideológico, por sua vez, estava ligado diretamente a Igreja Católica, com o objetivo de difundir a ideologia da exploração colonial. Dessa forma, para fortalecer a aceitação da dominação do índio para o trabalho servil, surgiu o processo de “ressocialização” do nativo. E é nessa conjuntura do aparelho ideológico que se funda o processo de organização educacional da colônia (MASCARELLO, 2006).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nesse ínterim, a companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1540, chegou ao Brasil em 1549, marcando o início da história da educação brasileira (MATTOS, 1958). Os padres inacianos organizaram as atividades entre as educacionais, voltada para a catequização dos índios, e os serviços religiosos direcionados aos colonos. Tais atividades eram subsidiadas pelo Estado (MASCARELLO, 2006).

A Companhia de Jesus permaneceu no Brasil por mais de duzentos anos (1549-1759). Nesse período promoveu e sofreu modificações educacionais, no entanto, sempre enraizada no conservadorismo dos ideais portugueses escolásticos: àquela educação humanística e impermeável à criticidade, à pesquisa e a experimentação científica (CARDOSO et al, 1985). Ao longo destes duzentos anos, essa organização chegou a dirigir 578 colégios, 150 seminários e 728 casas de ensino no mundo (FRANÇA, 1952).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil, sob a alegação de obscurantismo cultural e envolvimento político (GADOTTI, 1997). Nessa conjuntura, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal (1750-1777), defendendo ideias de despotismo esclarecido, empreendeu a Reforma Pombalina no campo educacional como uma primeira tentativa de instaurar a escola pública estatal (SAVIANI, 2008).

Assim, interrompendo um processo educativo arcaico, porém uniforme em sua estrutura, foram introduzidas as Aulas Régias, estas eram aulas avulsas, com professor único de latim, grego, filosofia e retórica (TRINDADE&TRINDADE, 2007). A partir de então, o ensino passou a ser ministrado em aulas e escolas régias por mestres, geralmente, mestres e capelães de engenho, nomeados pelos bispos (MASSARELLO, 2006). Nesse sentido, em concordância com Trindade e Trindade (2007), embora essa organização de ensino trouxesse algumas alterações primordiais, introduzindo, por exemplo, as ciências experimentais e o ensino profissional no seu currículo, sob o ponto de vista pedagógico, foi um retrocesso. Uma vez que a consolidação desse novo sistema foi afetada pela falta de recursos e pelo pequeno número de professores disponíveis que, formados na concepção jesuítica, reproduziam o ensino na mesma perspectiva. Além do mais, os professores mal remunerados e vitalícios nos cargos, frequentemente transmitiam a terceiros seu direito de lecionar (PINTO, 2002).



Consoante ao exposto, o ensino fundamental, oferecido às camadas populares, foi tratado com descaso pela administração colonial até o início do século XIX. A partir de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, foram abertas duas escolas primárias públicas no Rio de Janeiro para atender a população. Nessa direção, correspondendo aos interesses da coroa portuguesa foram instaladas as primeiras escolas superiores, dentre elas, a Academia Real de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), atualmente a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (TRINDADE&TRINDADE, 2007).

Nesse intervalo, ainda foram criados os cursos de cirurgia, anatomia, no intuito de formar médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha, como também os cursos técnicos de agricultura, química, desenho e economia. Em 1828 foram instalados os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Estes passaram a constituir importantes centros de debates e discussões de ideias filosóficas, movimentos literários, e assuntos culturais que interessavam à mentalidade da época. Além do mais, tornaram-se provedores de quadros para as assembleias, para o governo das províncias e também para o governo central (MOREIRA, 1960). Conforme Trindade e Trindade (2007) é importante salientar que eram cursos isolados e não tinham peculiaridades de uma organização universitária. Cabe frisar ainda que os níveis escolares não sofreram modificações, assim a escola primária era destinada às classes dominadas, caracterizando-se pelo ensino das primeiras letras; e, a secundária, destinada às classes dominantes, não tinha preocupação formativa e os objetivos eram absolutamente propedêuticos (TRINDADE&TRINDADE, 2007). Feldman (1983) esclarece que essa organização do ensino refletia a estrutura da sociedade brasileira, dessa forma, os tipos de ensino estavam ligados à determinada classe social e não a uma sequência de graus de escolarização.

Vale destacar que diversas tentativas de criação de universidades no Brasil se fizeram sem êxito (FÁVERO, 2006). Após a Proclamação da República, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente, consoante a Constituição de 1891. Nesse sentido, o regime de “desoficialização” do



ensino favoreceu o surgimento de universidades, com uma tendência significativa a deslocar-se da órbita do Governo Federal para a dos Estados (FÁVERO, 2006). Inerente ao exposto surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 a Universidade de São Paulo e, em 1912, a Universidade do Paraná (MICHELOTTO, 2006) como instituições livres.

Entretanto, de acordo com Fávero (2006), é apenas em 1915, que a Reforma Carlos Maximiliano, através do Decreto nº 11.530, dispõe sobre a instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º que “o Governo Federal, achando oportuno, poderá reunir em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando a taxa de fiscalização e concedendo-lhe edifício para funcionar gratuitamente”. Em 1920, considerando oportuno executar o disposto no decreto de 1915, o Presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), reunindo, assim, aquelas três unidades de caráter profissional, assegurando, ainda, autonomia didática e administrativa. Dessa forma, como resultado da justaposição de três escolas tradicionais, cada uma conservando as suas características e sem maior integração, a primeira universidade oficial é criada (FÁVERO, 2006).

3.2. O Ensino Superior de História no Brasil

Como um dos enfoques da década de 1930, tem-se o surgimento das universidades no país, dentre estas a Universidade de São Paulo (São Paulo, 1934) e a Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1935). Nesse sentido, nasce também a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, por meio do Decreto 19.852/1931, a qual passa a qualificar as Licenciaturas, dentre elas o curso de História (MACHADO, 2013).

Assim sendo, o curso de História surge aliado ao de Geografia constituindo um dos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras. O curso de História foi criado em 1934 na Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade sob o regime direcionado pelo Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, sancionado por



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Francisco Campos, ministro do recém instituído Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse viés, em 1935, surge o curso da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, mas como ele não estava em conformidade com o referido decreto a faculdade foi extinta em 1937. A partir de 1939 o curso passou a ser administrado pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB), já inserida nas modificações do Ministro Gustavo de Capanema.

Na Paraíba, a Faculdade de Filosofia da Paraíba criada pelo governo do Estado através do Decreto 146, de 05 de março de 1949, começou a funcionar em 1952, composta pelos cursos de História e Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia, com sede em João Pessoa. Esta instituição foi a primeira a manter o curso de História.

Entretanto, as disparidades entre os cursos de História e Geografia permitiram a sua separação na relutância da autonomia, reafirmando a necessidade atribuída das especificidades de cada área. Redigindo, portanto, suas regras, normas, teorias e métodos e as próprias fontes. A criação do curso de História na UDF (Universidade do Distrito Federal) atribuiu os valores destacados além de apresentar uma estruturação diferenciada e sob orientação ideológica dos escolanovistas conferindo ao curso uma ampla importância às disciplinas didáticas (MACHADO, 2013).

Após a separação dos cursos de História e Geografia, ambos sofreram mudanças, tanto pela vinda dos professores estrangeiros, notadamente os franceses, como pela implantação do Decreto de 1939, que convinha estabelecer aos cursos de três anos: 1ª Série (Geografia Física, Geografia Humana, Antropologia e História da Antiguidade e da Idade Média); 2ª série (Geografia Física, Geografia Humana, História Moderna, História do Brasil e Etnografia); e 3ª série (Geografia do Brasil, História Contemporânea, História do Brasil, História da América e Etnografia do Brasil). (SILVA & FERREIRA, 2011).

Vale destacar que inicialmente o curso de História cumpriu a função de formar professores para o ensino fundamental e médio. Conforme salienta Gusmão (2004) até os anos 1960 os professores se limitavam a expor fatos históricos de modo descritivo, cronológico, linear com uma história povoada de grandes heróis. Na verdade, o que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

importava era uma boa oratória e uma formação de caráter humanista, isto é, que procura apreender o conhecimento de maneira mais abrangente possível, sendo notável a História Universal Clássica. Todavia, os professores de formação universitária que atuaram na segunda metade da década de 1960, destacavam-se por possuir uma visão abrangente da disciplina, rigor na cobrança e capacidade de descrever de modo compreensível (GUSMÃO, 2004).

4 Conclusão

Este breve resgate da história da educação brasileira nos possibilitou perceber como os rumos da educação são fragmentados e permeados por diferentes modelos ideológicos consoantes as épocas correspondentes. Além do mais, foi possível refletir sobre o processo de implantação das primeiras universidades, bem como a respeito da criação do curso de História. Por fim, observamos, ainda, que as relações políticas, econômicas e sociais interferiram diretamente na construção da educação e na formação das universidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, F. C. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Editora UFPR, *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FELDMAN, M. G. *Estrutura e Ensino de 10 Grau*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FRANÇA, S. J. L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum**. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Agir, 1952.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GADOTTI, M. Educação Brasileira Contemporânea: Desafios do Ensino Básico. Disponível em: acervo.paulofreire.org . Acesso em: 15/06/2015.

GUSMÃO, E.M. Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente. São Paulo: UNESP, 2004.

MACHADO, D. **A criação do curso de História da UFPR: notas iniciais de pesquisa.** In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e dialógico social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

MASCARELLO, D.C. História da Educação Brasileira: Os cursos profissionalizantes do Colégio Polivalente. Trabalho de Conclusão de Curso. Cascavel, 2006.

MICHELOTTO, M. R. UFPR: Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, M. C.(Org) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

PINTO, J. M. R. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. Portela & ADRIÃO, 2002.

SAVIANI, D. História da História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário. *EcoS – Revista Científica*, São Paulo, v.10, n. Especial, p.147-167, 2008.

SILVA, N. L. da; FERREIRA, M. de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17:283-306, jul.-dez. 2011.

TRINDADE, D.F.; TRINDADE, L.S. Os caminhos da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf; Acesso em 15/06/2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO